

Participação política e políticas de gênero nos governos venezuelanos de esquerda

RITA BITAR DEEB

RESUMO

■ A partir de 1999, com a chegada de Hugo Chávez ao poder, um grande grupo de mulheres foi convocado e mobilizado sob a premissa de que são grupos sociais vulneráveis da sociedade venezuelana. O objetivo deste artigo é saber em que medida a participação feminina nos últimos 19 anos levou ao avanço de políticas e programas em favor das demandas de grupos constituídos de mulheres que promovem e reivindicam seus próprios direitos. Será analisado se, além das diferenças no terreno político partidário, os grupos de mulheres contribuíram para o avanço de algumas políticas e leis fundamentais que foram agendadas por algum tempo. Na primeira parte adapta-se o modelo analítico Weldon e Htun (2010), que propõe uma tipologia para a análise da política sexual ao contexto da Venezuela, e revisa que tipos de programas e políticas analisadas foram implementados e quais são os mecanismos ou processos através dos quais foram aprovados. Numa segunda parte, é retomada a evolução do processo chavista e seu entrelaçamento com grupos de mulheres analisar um estudo de caso de espaços políticos extra-institucionais constituídos para a articulação e promoção dos direitos das mulheres e a igualdade de gênero.

ABSTRACT

■ From 1999, with the arrival of Hugo Chávez to power, a large group of women was summoned and mobilized under the premise that they are vulnerable

social groups of Venezuelan society. The objective of this article is to know to what extent the participation of women in the last 19 years has led to the advancement of policies and programs in favor of the demands of groups of women who promote and claim their own rights. It will be examined whether, in addition to the differences in political party terrain, women's groups have contributed to the advancement of some fundamental policies and laws that have been scheduled for some time. In the first part, the analytical model Weldon and Htun (2010), which proposes a typology for the analysis of sexual politics in the Venezuelan context, is reviewed, and it reviews what types of programs and policies analyzed have been implemented and what are the mechanisms or processes through of which were approved. In a second part, the evolution of the Chavista process and its intertwining with women's groups is taken up in a case study of extra-institutional political spaces constituted for the articulation and promotion of women's rights and gender equality.

INTRODUÇÃO

■ A partir de 1999, com a chegada ao poder de Hugo Chávez, muitas mulheres foram convocadas e mobilizadas sob a premissa de constituírem um grupo social vulnerável e marginalizado da sociedade venezuelana. Sua participação correspondeu a diferentes momentos e etapas do processo político conhecido como Chavismo ou Revolução Bolivariana. A participação feminina foi importante não apenas nos espaços formais e institucionais, mas também naqueles novos espaços extra-institucionais constituídos como parte de uma transformação do modelo político em que as demandas de diferentes setores seriam finalmente articuladas. Entre essas realizações estão a visibilidade de ambos os sexos ao longo do texto legal e a inclusão dos Artigos 21, 75, 76, 77, 78, 88 na Constituição (Constituição da República Bolivariana da Venezuela, 1999)¹. Nesse primeiro momento foi im-

1 1 Art. 21 "Todas as pessoas são iguais perante a lei; consequentemente: 1. Não será permitida a discriminação baseada em raça, sexo, credo, status social (...)".

Art. 76 "A maternidade e a paternidade estão totalmente protegidas, qualquer que seja o estado civil da mãe ou do pai. (...) O Estado garantirá assistência e proteção integral à maternidade, geralmente desde o momento da concepção, durante a gravidez, parto e puerpério, e garantirá serviços completos de planejamento familiar baseados em valores éticos e científicos. O pai e a mãe têm o dever compartilhado e inalienável de criar, formar, educar, manter e assistir seus filhos ou filhas e eles ou elas têm o dever de ajudá-los ou assisti-los quando não podem fazê-lo sozinhas ou sozinhos. A lei estabelecerá as medidas necessárias e adequadas para garantir a eficácia da pensão alimentícia." (cont.)

portante a articulação dos diferentes movimentos femininos de longa trajetória, cujas representantes mais importantes eram filiadas a diferentes partidos políticos e organizações sociais (para uma análise completa da participação desses grupos na Assembleia Constituinte, ver: (Jiménez, 2000).

Duas décadas após o início desse processo com a aprovação da nova Constituição e o desempenho do chavismo como governo e força dominante na Venezuela, este artigo faz uma breve revisão da participação política das mulheres em termos qualitativos. O objetivo geral deste artigo é compreender em que medida a participação feminina contribuiu para o avanço de políticas e programas a favor das demandas dos grupos constituídos de mulheres que promovem e exigem direitos para as mulheres. Analisaremos se além das diferenças no terreno político partidário, os grupos de mulheres também contribuíram para o avanço de algumas políticas e leis fundamentais que estão na pauta há algum tempo. É o caso da lei da igualdade de oportunidades, da descriminalização do aborto e do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Além disso, serão avaliados os tipos de transformações para os quais apontam as políticas e os programas implementados. E buscamos responder à pergunta: Esses programas e políticas contribuíram para a institucionalização de novos mecanismos de participação política que incluam e empoderem as mulheres sob um modelo favorável à igualdade de gênero?

Este artigo está dividido em duas partes. Na primeira parte, adaptarei o modelo analítico de Weldon e Htun (Htun & Weldon, 2010) ao contexto venezuelano. Eles propõem uma tipologia para análise das políticas sexuais a partir de uma perspectiva comparativa. O objetivo é revisar os tipos de programas e de

(cont.) Art. 77 “O casamento entre um homem e uma mulher é protegido, com base no livre consentimento e igualdade absoluta dos direitos e deveres dos cônjuges. As uniões estáveis entre um homem e uma mulher que preencham os requisitos estabelecidos na lei produzirão os mesmos efeitos que o casamento.”

Art. 78 “Crianças e adolescentes são sujeitos plenos de direito e serão protegidos pela legislação, órgãos e tribunais especializados, que deverão respeitar, garantir e desenvolver o conteúdo desta Constituição, a Convenção sobre os Direitos da Criança e outros tratados internacionais que a República tenha assinado e ratificado nessa matéria. O Estado, as famílias e a sociedade assegurarão, com absoluta prioridade, uma proteção integral, para a qual seus melhores interesses serão levados em conta nas decisões e ações que lhes dizem respeito. O Estado promoverá sua incorporação progressiva à cidadania ativa e criará um sistema de orientação nacional para a proteção integral de crianças e adolescentes”.

Art. 88 “O Estado garantirá a igualdade e a equidade entre homens e mulheres no exercício do direito ao trabalho. O Estado reconhecerá o trabalho doméstico como uma atividade econômica que cria valor agregado e produz riqueza e bem-estar social. As donas de casa têm direito à seguridade social de acordo com a lei.”

políticas que foram implementados e quais foram os mecanismos ou processos por meio dos quais foram aprovados. Através dessa revisão dos diferentes mecanismos pelos quais foram aprovadas as diversas iniciativas, poderemos notar se de fato trata-se da institucionalização de práticas participativas favoráveis a um modelo mais igualitário. Na segunda parte, retomarei a evolução do processo chavista e sua relação com grupos de mulheres para analisar um estudo de caso sobre espaços políticos extra-institucionais constituídos para a articulação e o avanço dos direitos das mulheres e a igualdade de gênero. Considerando que esses novos espaços foram concebidos como espaços para a participação política direta das organizações de base e a transformação substancial do Estado, será possível concluir se foram eficazes a favor das demandas de algum desses grupos.

EM DIREÇÃO À TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO?

■ Desde a concepção do projeto chavista, novos atores e setores sociopolíticos foram incluídos em um novo marco institucional, sobretudo aqueles setores mais vulneráveis que, segundo o discurso dos grupos radicais de esquerda, tinham sido marginalizados até então na Venezuela pela ordem política estabelecida desde 1958 (Ciccariello-Maher e St. Andrews, 2013; Wilpert, 2007). Com a aprovação da Constituição de 1999, analistas e teóricos levantaram a ideia de uma nova reconfiguração dentro do sistema político e uma transformação do Estado venezuelano (Steve Ellner, 2014). Essa reconfiguração foi assumida no marco de um processo histórico cujo ponto de ruptura corresponde ao esgotamento do Pacto de Punto Fijo² (pacto de ponto fixo) e do sistema rentista do petróleo.

Até a década de 1990, a Venezuela foi considerada uma exceção democrática na América Latina (Steve Ellner, 2013; Ellner e Tinker Salas, 2005). No entanto, a crise do sistema, materializada durante os eventos do Caracazo em 1989 e as duas tentativas de golpe de Estado em 1992, bem como a realidade social refletida pelos indicadores de pobreza (Civit & España, 1989; España, 1989) geraram inúmeros questionamentos e debates com relação, principalmente, às contradições em termos da crise de representação, da consolidação da institucionalidade democrática e das capacidades do Estado (Alvarez Días, 1996; Kornblith, 1994, 1998; Salamanca, 1997).

2 Acordo sobre governabilidade entre os partidos políticos AD, Copei e URD, assinado em 1958, após a derrubada de Marcos Pérez Jiménez, que marcou a lógica/dinâmica política do país até 1998.

Uma vez que o projeto chavista se legitimou com a promessa de superar a crise política e de promover a inclusão dos setores e dos grupos mais excluídos do país – repensando novas formas de relacionamento entre o Estado e a sociedade – foram criados novos mecanismos e espaços de participação política. A principal característica foi a criação de estruturas paralelas quase sempre financiadas pelo governo central por meio de diferentes fundos paralelos (para um relatório detalhado dos fundos paralelos, ver: <http://cronica.uno/gobierno-manejo-traves-fondos-paralelos-302-millardos-12-anos/>). A reorganização sociopolítica seguiu diversos critérios, dentre os quais, critérios territoriais, setoriais, multinível com relação à estrutura do Estado e produtivos. Muitos tomariam o lugar das antigas organizações já constituídas, especialmente dos grupos de interesse, como ONGs, associações de bairro, fundações e/ou movimentos sociais e direitos humanos.

Em termos de direitos para o estabelecimento de uma maior igualdade de gênero e participação feminina, a consolidação de Chávez e esses novos espaços no poder representaram uma nova janela para a promoção e o debate de políticas menos conservadoras e mais transformadoras, especialmente em favor das mulheres mais desfavorecidas. Sobretudo porque em muitos desses espaços, as que mais ganharam ânimo foram as mulheres dos setores populares, cujas realidades correspondem a estruturas de exclusão e não-reconhecimento social. O atraso na participação política das mulheres até 1999, assim como ocorreu no resto da América Latina, pode ser considerado paradoxal. Elizabeth Friedman (2000), que estuda em profundidade o papel das mulheres na consolidação democrática venezuelana de 1958 a 1998, resume-a muito bem em um dos capítulos de seu livro: O machismo é mais forte do que as ditaduras militares. A mobilização das mulheres aumenta e se torna decisiva diante dos regimes não democráticos ou militares, ocorridos na Venezuela entre 1948 e 1958. Os grupos de mulheres de diferentes tendências e grupos políticos articularam-se em favor da derrubada do então ditador Pérez-Jiménez. No entanto, no momento da transição democrática e do estabelecimento dos governos, os sucessivos governos democráticos, a mobilização das mulheres e suas demandas como grupo, passaram a estar subordinados às agendas partidárias (Friedman, 2000).

Os Conselhos Comunais: os primeiros espaços de participação política

■ Nesta seção, irei me referir apenas brevemente aos Conselhos Comunais (CCs) como a primeira tentativa chavista de reorganização político-territorial que

contou com alta participação de mulheres. Em quase todos os CCs constituídos em nível nacional, mais de 50% de seus integrantes eram mulheres (Machado, 2009). A partir de 2006, o Executivo promoveu a constituição de milhares de CCs em todo o território nacional. Eles foram concebidos como as células primárias da organização social e política para a consolidação de um novo modelo político socialista e seriam formas de autogoverno em nível local para a gestão de serviços comunitários (García-Guadilla, 2008). Houve muitas críticas a essas formas de autogoverno devido à cooptação do poder central e à falta de autonomia na sua constituição e operação (Boni, 2012; CENDES, 2015; correo orinoco, 2015; Livingstone, 2016; Machado, 2009). No entanto, o mais importante é que suas competências nunca ficaram claras em relação às formas de governo territorial consagradas na Constituição, como as prefeituras e os governos locais. As competências dos CCs frequentemente se sobrepunham àquelas formalmente designadas para outras instituições. Enquanto o financiamento das prefeituras e governadores correspondia ao financiamento constitucional, o dos CCs correspondia aos fundos especiais administrados a partir do governo central.

Em 2010, através da aprovação de um conjunto de leis orgânicas, foi criado o marco legal para a construção do Estado Comunal. Anteriormente, em dezembro de 2009, a Lei Orgânica dos Conselhos Comunais (República Bolivariana da Venezuela, 2009) havia sido aprovada, mas foi com a Lei Orgânica das Comunas que os Conselhos Comunais, as Comunas, foram definitivamente estabelecidos junto a “qualquer outra forma de Poder popular” como as estruturas fundamentais da organização social e político-territorial declarada “socialista” (República Bolivariana da Venezuela, 2010, Artes 4, 5 e 6o).

I. MODELO ANALÍTICO SOBRE A TIPOLOGIA DAS POLÍTICAS SEXUAIS E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES

■ O modelo analítico proposto por Htun e Weldon (2010) serve para organizar as políticas e os programas sociais de acordo com os problemas que pretendem resolver. Isso oferece uma ideia bastante clara não apenas sobre como são interpretadas e abordadas as condições das mulheres, mas também sobre os diferentes projetos que os diversos grupos promovem e buscam implementar a partir de uma perspectiva de gênero. As políticas sexuais cumprem, cada vez mais, uma função reivindicatória a partir do Estado em direção às mulheres, mas também de reorganização e transformação social que pode influenciar para além das relações de gênero ou das condições específicas das mulheres. Essas últimas são as mais

controversas e as que, de modo geral, encontram significativa resistência institucional e estrutural por parte dos setores dominantes.

Htun e Weldon apresentam um modelo analítico para comparar os avanços nos marcos jurídico-institucionais relativos aos direitos das mulheres. O modelo consiste em quebrar os diferentes tipos de políticas sexuais (ver tabela 1), concebidos dentro de uma agenda muito mais ampla em favor da igualdade de gênero. Em primeiro lugar, há diferenças entre as políticas que consideram o *status de gênero*, por um lado, e, por outro, aquelas que são específicas da desigualdade social e das diferentes *classes sociais das mulheres*. As políticas que consideram o status de gênero reproduzem práticas e valores que mantêm as mulheres em uma condição subordinada, o que as impede de participar de maneira igualitária e paritária na sociedade. Enquanto as políticas sexuais ligadas às classes sociais tentam compensar as desvantagens materiais das mulheres, consequentes da divisão do trabalho. As políticas sexuais definidas de acordo com o status de gênero supõem um benefício para todo o grupo de mulheres. Por outro lado, aquelas baseadas em classes, beneficiam certas mulheres de acordo com suas necessidades e as respectivas demandas.

Em segundo lugar, Htun e Weldon diferenciam as políticas sexuais que abrangem questões doutrinárias das que abrangem questões não doutrinárias. Essas políticas são definidas não apenas no campo religioso, mas devem ser determinadas de acordo com cada contexto e incluem códigos culturais tradicionais específicos. De modo geral, esse tipo de política sexual que influencia as doutrinas com o objetivo de promover transformações socioculturais gera conflitos entre o Estado e determinadas organizações e/ou grupos sociais relevantes na área das políticas de gênero. Esses conflitos geralmente estão localizados nas áreas de reprodução e planejamento familiar, embora isso possa variar. Assim, as políticas sexuais doutrinárias são precisamente manifestadas quando se tenta mudar uma cultura explicitamente dominante dentro de um dado contexto.

Table 1
Typology of sex equality policies

		Do these policies challenge religious doctrine or codified cultural traditions?	
		Yes "Doctrinal" policies	No "Non-doctrinal" policies
Do these policies empower women as a status group or address class inequalities?	Gender-status policies	Abortion legality Contraception legality Family Law	Gender quotas in politics Violence against women Constitutional equality
	Class-based policies	Abortion funding Contraception funding	Parental leave Federal funds for child care Workplace equality

Fonte: Htun and Weldon (2010: 209).

O modelo de Htun e Weldon permite identificar e classificar algumas reconfigurações do Estado e as relações com a sociedade. Este modelo apresenta certas premissas, que, muitas vezes, são presumidas como certas na análise, sobretudo quando se trata de sociedades pós-industriais em comparação com sociedades onde existe um modelo diferente com relação à igualdade de gênero e aos múltiplos aspectos ressaltados como fundamentais para a materialização de certas políticas a favor da igualdade de gênero, ressaltam a importância de organizações autônomas que fortaleçam os níveis democráticos. A ideia é que os grupos de base e outros movimentos sejam suficientemente capazes de influenciar a resolução das políticas públicas do Estado.

Análise da participação política das mulheres durante o Chavismo através da tipologia de Htun e Weldon

■ Se aplicarmos a tipologia proposta pelos autores mencionados ao período da Revolução Bolivariana, desde 1999 (ver tabela 2), pode-se observar claramente que não existem políticas voltadas para transformações doutrinárias ou dos códigos culturais tradicionalmente dominantes na sociedade venezuelana. Além disso, nessa tabela são mencionados, de maneira simplificada, os mecanismos pelos quais as diferentes políticas foram implementadas e os principais grupos envolvidos, que é outro aspecto relevante além do tipo de políticas em questão. De modo geral, as políticas aprovadas não correspondem a propostas feitas por iniciativas populares ou definidas por organizações de base para avançar e exigir seus próprios direitos com base na plena consciência de suas condições de vida. Pelo contrário, são políticas que foram ajustadas ao processo de consolidação institucional do processo revolucionário.

Em geral, a participação no processo constituinte de 1999, a reforma da lei orgânica sobre os direitos das mulheres a uma vida livre de violência (2007), a criação do Bando da Mulher (2001) e a discussão sobre a lei orgânica do trabalho (2012) foram propostas e debatidas por representantes de grupos de mulheres com conhecimento e experiência prévios sobre as agendas de direitos das mulheres. Da mesma forma, a reforma da lei sobre a violência contra as mulheres em 2014 para incluir o feminicídio foi uma iniciativa do Procurador Geral baseada nas estatísticas do Ministério Público. Os casos de homicídio que poderiam ser classificados como feminicídio aumentaram significativamente durante o seu mandato e, por isso, apresentou o pedido.

Essas políticas e leis não foram fruto de uma mobilização vinda de baixo, nem corresponderam a grupos sociais recém-criados e/ou a espaços políticos que se articularam com os níveis do Estado para promover seus próprios direitos. Já havia discussões sobre a lei da violência contra as mulheres e um acúmulo de conhecimentos técnicos; O mesmo ocorreu com a iniciativa de classificar o feminicídio como uma forma específica de violência baseada no gênero. O feminicídio foi introduzido como projeto pela Procuradora Geral da República, Luisa Ortega Díaz, em 2013. Os protagonistas dessas iniciativas não foram as organizações de base, muito menos as mulheres dos setores populares. Por fim, esse tipo de iniciativa correspondeu a políticas não-doutrinárias, baseadas em classes e no status de gênero, de acordo com a tipologia de Htun e Weldon, conforme indicado na tabela 2.

TABELA 2. Tipologia de Htun/Weldon aplicada ao contexto venezuelano

Políticas Doutrinárias	Políticas “Não-Doutrinárias”	Mecanismos e Atores envolvidos
Políticas “Status-gênero”		
N/A	Igualdade de Gênero na Constituição de 1999 (Art. 21, 75, 76, 77, 78, 88).	Assembleia Constituinte (articulação e demandas dos movimentos de mulheres foram discutidas e promovidas através de diferentes reuniões e documentos oficiais).
N/A	Retirada do Artigo 144 da Lei Orgânica do Sufrágio e Partidos Políticos de 1997.	Poder Executivo por decreto presidencial e endossado pela Comissão Eleitoral Permanente (CNE). Argumentou que o Art. 144 era inconstitucional com relação ao Art. 21 da Constituição apesar das ações positivas em favor de grupos especiais que este último artigo estabelece. O Supremo Tribunal de Justiça (TSJ) declarou inadmissível o processo contra uma Resolução introduzida por representante dos movimentos de mulheres. Em 2004, por pressão do Instituto Nacional da Mulher também criado por decreto presidencial, o CNE produziu certos regulamentos internos para estabelecer uma paridade de 50/50 em eleições locais e regionais. No entanto, esta paridade nunca foi efetivada.
N/A	“Lei Orgânica sobre o Direito das Mulheres a uma Vida Livre de Violência” (2006).	Reformulada em 2006 (lei anterior: 1998). A nova lei foi baseada em recomendações resultantes da articulação e do debate dos movimentos de mulheres. Estas recomendações foram baseadas em um trabalho acumulado cujo antecedente foi o CEDAW em 1974 e ratificado em 1994. A nova lei foi baseada nos esforços e trabalhos dos movimentos de mulheres envolvidos, desde que foi estabelecida como um mandato internacional na CEDAW em 1994.
N/A	Aprovação da criminalização do feminicídio como delito através da reforma da Lei Orgânica sobre o Direito das Mulheres a uma Vida Livre de Violência” (2014)	Pedido feito diretamente pelo Procurador Geral da República à Assembleia Nacional e aprovado por decreto presidencial em 2014 pelo Presidente Nicolás Maduro.

Políticas “baseadas em Classe Social”		
N/A	LOTT (2012)	Aprovado por decreto presidencial. Alguns movimentos de mulheres afirmam que seus membros não foram convocados, enquanto “La Araña Feminista” (A Aranha feminista), representada pelo Prof. Carosio, indicou que a convocação foi feita por meio de anúncios públicos e através da mídia em geral. Carosio mencionou que 80% das demandas feitas pelo grupo de grupos feministas foram cumpridas e refletidas no novo documento. As realizações mais importantes estão relacionadas à licença paternidade e estabilidade no emprego durante e após a gravidez.
N/A	Ban Mulher (BanMujer 2001)	Criado pelo Decreto Presidencial N. 1243 para promover projetos sócio-produtivos em nível local com a participação de mulheres sem fonte de renda. Essa instituição é presidida por N. Castañeda, que foi importante ativista na década de 1970 e participou ativamente no processos de democratização junto com outras mulheres da esquerda. Ela teve papel importante nos movimentos de mulheres mais antigos do país.
N/A	Missão Mães do Bairro (Misión Madres del Barrio 2006)	Criado pelo Decreto Presidencial N. 4342. De acordo com o art. 88 da CRBV.
N/A	Projeto Mãe (Proyecto Madre 2006)	Coordenado pelo Ministério da Saúde, este programa tem o objetivo de promover direitos sexuais e proteger os direitos da família estabelecidos pela CR e sob a “Norma Oficial para a Atenção Integral em Saúde Sexual e Reprodutiva”.
N/A	“Lei de Proteção e Promoção do Aleitamento Materno” (2007)	Aprovada pela Assembleia Nacional, Projeto de Lei promovido pelo Comitê da Assembleia para a Família.
N/A	Missão Menino Jesus (Misión Niño Jesús 2009)	Promovida pelo Ministério das Comunas e Proteção Social para a proteção e atendimento integral de gestantes, em conformidade com os artigos 75 e 76 da CRBV.
N/A	Missão Filhos e Filhas da Venezuela (Misión Hijos e Hijas de Venezuela 2011)	Promovida pelo Ministério das Comunas e Proteção Social em conformidade com os artigos 75 e 76 da CRBV (proteção às famílias, pais e filhos. Inclui a proteção da gestação).

Fonte: Elaboração própria baseada em Htun and Weldon (2010).

Com relação às políticas doutrinárias, é curioso notar que durante essas duas décadas o único projeto de lei de iniciativa popular que foi introduzido corresponde a essa tipologia. A ONG Venezuela Igualitária foi encarregada de promover o debate e a articulação em nível nacional de todas as organizações, coletivos e indivíduos que eram a favor da reforma do código civil para legalizar o casamento entre pessoas do mesmo sexo. O resultado foi a elaboração do projeto de lei, a coleta de aproximadamente 20 mil assinaturas e o respectivo encaminhamento para a Assembleia Nacional (Notícias 24, 2015). O projeto nunca foi debatido na Assembleia, embora tivesse o apoio de um determinado setor do partido do governo. A iniciativa fracassou e o argumento oficial foi que as assinaturas para o projeto deveriam ser colhidas novamente, uma vez que uma nova Assembleia havia sido eleita em 2015 (Franco, 2015, Piermattei, 2014).

Políticas do tipo “classe social” como principal mecanismo de participação política

■ Durante o período revolucionário, parte importante da participação política das mulheres como grupo se deu através de sua inclusão em políticas do tipo que se refere à classe social, para continuar com o modelo analítico proposto por Htun e Weldon. Essas políticas foram concebidas para as mulheres mais vulneráveis de acordo com as condições e necessidades materiais definidas pelos mesmos programas, uma vez que as mulheres que participam devem ser avaliadas para obter os respectivos benefícios. Em conformidade com os direitos reconhecidos pela Constituição de 1999, as trabalhadoras domésticas sem emprego formal (donas de casa) e a família como um grupo, filhos e filhas, são sujeitos que o Estado deve proteger. As mulheres incluídas nesses programas ocupam uma posição dentro da estrutura socioeconômica, geralmente com base em papéis tradicionais dentro de seus próprios contextos.

Na realidade, essas políticas e programas sociais implementados eram do tipo assistencialista e se fundamentavam nas missões sociais e nas grandes missões realizadas pelo governo. Quase todas se baseiam em alocações financeiras diretas e condicionadas, como por exemplo uma das mais importantes, a Missão Mães do Bairro (*Misión Madres del Barrio*), voltada às mulheres chefes de família ou às que cumprem o papel de principal provedora do lar. São beneficiárias as mães desempregadas, com dependentes ou que tenham filhos e filhas com alguma deficiência, que demonstrem estar em situação de extrema pobreza e sem possibilidade de gerar renda própria. Essas mães são beneficiárias porque são responsáveis pelo grupo familiar. As condições que devem cumprir representam obrigações para elas e benefícios para o restante dos envolvidos. Da mesma forma, as transferências de dinheiro condicionadas por parte do Estado cessam uma vez que as mães beneficiárias tenha condições de superar sua situação precária. Para isso, a Missão estabelece um programa pré-elaborado que consiste em profissionalização, educação política e constituição de uma unidade sócio-produtiva autossustentável. Essa unidade sócio-produtiva é coerente com a profissionalização em setores como o têxtil, setor de cuidados ou de atividades domésticas, porém, neste caso, domésticas profissionais.

As mulheres mais desfavorecidas são incorporadas através das diferentes Missões, ficando sujeitas a uma supervisão por parte do Estado e a uma indicação por parte do governo central, pois todas essas políticas dependem de um registro, aprovação e financiamento do Executivo. Essa “inclusão subordinada” foi exa-

minada em diversos estudos sobre a participação política das mulheres, embora, mais como foco na análise de seu grau de autonomia perante o Estado e sua capacidade de definir uma agenda baseada na defesa de direitos próprios (García Prince, 2008, 2012; Valdivieso e Magdalena, 2009).

O aspecto mais significativo é que todos esses programas e políticas foram promovidos a partir do nível central do Estado através de decretos presidenciais e com financiamento a partir de fundos sociais paralelos. Foram concebidos como parte fundamental para corrigir as deficiências do assim chamado Estado Burguês e para a consolidação de um Estado Socialista como já foi mencionado na primeira parte deste artigo. Nem os movimentos de mulheres, nem os grupos feministas ou as beneficiárias participaram de sua construção, embora fizessem parte de um conjunto de demandas reivindicatórias coletivas. Um condicionante implícito em todas essas iniciativas era a defesa do projeto político e do modelo político do chavismo. Conforme já foi mencionado, os processos de constituição de todos os grupos sociais e sobretudo de participação nos programas e políticas governamentais se deu em um contexto de polarização e de coesão social excludente.

II. ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EXTRA-INSTITUCIONAIS E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES

Ano de 2007: irreversibilidade da polarização política e dos espaços paralelos

■ O ano de 2007 corresponde à radicalização do processo revolucionário, com a convocação de um referendo para uma reforma constitucional abrangente e ambiciosa que buscou mudar mais de 70 artigos da Constituição de 1999. A estratégia de Chávez era endossar a reforma constitucional através da popularidade do líder e da defesa de seu projeto político. Esta foi a estratégia de todos os processos eleitorais populares, coloquialmente conhecidos como “o voto entubado”³.

A população rejeitou a reforma constitucional que propunha a institucionalização de um modelo político único chamado socialismo do século XXI em nível nacional. A partir dessa pretensão do governo central e do partido do governo, começa a surgir uma crescente polarização no país. A partir dessa data, a renda oriunda do petróleo aumentou significativamente, embora tenha caído em 2009

3 <http://www.elimpulso.com/noticias/nacionales/voto-entubado-debilita-el-principio-de-la-personalizacion-del-sufragio>

devido à crise financeira internacional, voltando a crescer e permanecendo em um patamar alto de 2010 a 2014. O governo tinha a capacidade de criar não apenas estruturas paralelas, mas também fundos de financiamento paralelos.

Além de a polarização política entre a população ter atingido um ponto de não retorno, o ano de 2007 foi marcado pela intensificação de um processo de institucionalidade paralela à estabelecida pela Constituição e pelo marco legal vigente. Novos espaços e práticas foram consolidados contando com os recursos diretos do Estado a partir do governo central. Apesar da rejeição da reforma constitucional, o presidente Chávez insistiu em promover e submeter a novas consultas alguns artigos e promoveu novos projetos para constituir o que foi chamado de Estado Comunal a partir do Executivo através de poderes especiais concedidos pela Assembleia Nacional.

À medida em que o projeto chavista se radicalizava, registravam-se e articulavam-se muitos espaços paralelos ao quadro institucional e às organizações de base constituídos e articulados entre si em favor de uma agenda comum, tais como aqueles classificados como ONGs. Alguns desses novos espaços foram os Conselhos Comunais. Os chamados coletivos também são promovidos e registrados através de iniciativas e financiamento governamentais com o objetivo de acompanhar os processos de constituição e consolidação das Comunas. Com relação à participação das mulheres nos Conselhos, ela tem sido muito significativa em termos quantitativos. Embora não existam números oficiais desagregados entre homens e mulheres, os especialistas afirmam que as mulheres representam mais de 50% de seus membros e suas atividades estão relacionadas às questões comunitárias (Machado 2008). Muitas dessas mulheres não têm empregos formais e, portanto, têm a facilidade e o tempo para lidar com os problemas da vizinhança. No entanto, ativistas de grupos feministas têm apontado para a sobrecarga dessas mulheres nos papéis que desempenham em funções reprodutivas como os trabalhos de cuidado, cozinhas populares, entre outras. Elas também observam que em alguns casos, as mulheres assumem funções comunitárias que também são invisibilizadas pela divisão social do trabalho, além de suas funções domésticas e trabalhistas (Carosio em uma entrevista em Caracas 2014, 2017). Brandler (2008), por sua vez, afirma que “mesmo quando o trabalho comunitário representa para muitas mulheres uma oportunidade de resolver alguns dos seus problemas materiais e práticos e sua relação com organizações de base ligadas ao estado ... facilita a obtenção de recursos e benefícios sociais, a realidade é que as necessidades das comunidades são tão grandes que não podem ser resolvidas com as doações que recebem”.

Durante um trabalho de campo, em 2014, em Caracas, três funcionárias ligadas ao Ministério da Mulher (MinMujer) e uma especialista em questões de desenvolvimento, todas ativistas em diferentes grupos feministas, observaram a respeito da participação das mulheres nos Conselhos Comunais, a ausência de progresso em termos de políticas em favor do gênero (“políticas de gênero”). Elas argumentam que, embora a participação das mulheres em termos descritivos seja significativa, em termos substanciais, de demandas por seus próprios direitos e de uma consciência de seu status como mulheres, é completamente ausente. Nem os pontos de encontro do Instituto Nacional da Mulher (INAMUJER)⁴ nem as missões conseguiram transformar qualitativamente a participação política das mulheres, que não foi capitalizada para realizar uma verdadeira transformação. Ainda mais, com o aumento da polarização, a participação política ocorreu exclusivamente dentro dos espaços constituídos em favor de uma ou outra força. Essa coesão de duas forças reduziu os espaços e o protagonismo de indivíduos ou grupos “despolarizados”. O mesmo ocorre com relação às políticas que foram além da dinâmica que reforçou a polarização política, como as políticas de gênero (veja o debate atual sobre a agenda parlamentar em favor dos direitos LGBTQ e os argumentos a favor e contra).

Rede de Coletivos A Aranha Feminista (Red de Colectivos La Araña Feminista)

■ A organização selecionada, além de ser entendida como estrutura organizacional, pretende explicar a constituição dos novos espaços políticos (a partir de 2007) para a participação e promoção de demandas sociais articuladas a partir da base ou do poder popular até os diferentes níveis estaduais.

Um aspecto importante a destacar para a seleção desse coletivo específico é que os principais objetivos estratégicos desses espaços são obrigatórios para toda a população, pois têm como objetivo configurar um novo modelo de relações entre os diferentes setores sociais e o Estado. Embora tenham sido estabelecidos e tenham seu escopo em nível local, eles são mecanismos e normas que têm consequências no nível nacional. No entanto, não são organizações que exerçam mecanismos que garantam seu caráter representativo ou legitimidade política perante o

4 O Instituto Nacional da Mulher foi criado em 1999 por disposição da Lei de Igualdade de Oportunidades para a Mulher, com o objetivo de defender e materializar os direitos da população feminina e incrementar sua participação nas missões, planos e programas sociais do Estado.

restante da população. Um segundo aspecto é que as demandas levantadas exigem transformações substantivas do marco jurídico nacional e dos aspectos constitutivos, tanto simbólicos⁵ quanto estruturais, do Estado venezuelano. Algumas das demandas, obviamente, só podem consistir em uma inclusão programática ou na implementação de políticas e iniciativas enquadradas em uma agenda governamental mais ampla.

A Rede A Aranha Feminista – RAF (La Red de Araña Feminista)

■ A rede foi estabelecida a partir de 2009, embora sua coordenação geral só tenha sido constituída a partir de 2011. É uma organização guarda-chuva em que diferentes grupos são articulados sob uma coordenação nacional e com um porta-voz nacional. Reconhece-se como “*uma rede de coletivos e individualidades feministas socialistas revolucionárias*”⁶. No que diz respeito à classificação da RAF, os seus porta-vozes afirmam através do seu site oficial que “a rede não é uma ONG, não é uma instituição, não é um meio de comunicação” (Araña Feminista, 2011). Por outro lado, Angeleri (2012) classificou a RAF dentro da categoria clássica de movimentos sociais, a fim de promover o feminismo socialista-revolucionário no âmbito das lutas contra as sociedades patriarcais e capitalistas (p.2). Em suma, a RAF pode ser definida como um espaço político que promove a discussão, o debate, o intercâmbio e as estratégias de ação entre seus participantes com o objetivo fundamental de avançar na consolidação do feminismo socialista em todo o território nacional, criado a partir do projeto político liderado por Chávez desde 1998.

A RAF se constitui ou auto define como um espaço que articula entre diferentes níveis e instituições sociais e políticos promovendo diversos espaços pú-

5 Para uma noção da dupla funcionalidade do Estado, tanto simbólica quanto formal, ver: (Migdal, 2001). Da mesma forma, o trabalho de Fernando Coronil apresenta, em sua análise do Estado venezuelano, um conjunto de elementos simbólicos que condicionam um determinado modelo social e político particular, especialmente porque são constituídos, determinados e entrelaçados a partir dos recursos do petróleo (Coronil, 2013).

6 De acordo com a análise de Angeleri (2012), o número de coletivos chega a mais de 40 grupos ou indivíduos. No entanto, é muito difícil determinar o número exato. Muitos desses grupos são instáveis ao longo do tempo. Alguns são constituídos apenas por uma pessoa e sua participação depende exclusivamente de sua presença ou ausência em algumas reuniões. Por outro lado, como as formas de organização chamadas “coletivos” não têm personalidade jurídica, é muito mais complicado estabelecer sua afinidade organizacional e de ação com a rede (Anais López concorda com esse ponto na entrevista 12.2014).

blicos para “ter força coletiva, maior influência nas comunidades, instituições e diversos contextos de luta” (Araña Feminista, 2011).

Assim como quase todos os grupos auto denominados “coletivos” na Venezuela, a rede e os coletivos que se agrupam sob sua coordenação, objetivam a promoção e a defesa do processo político iniciado sob a liderança de H. Chavez e continuado por N. Maduro. Do mesmo modo, apoiam a ideia de consolidar o socialismo e a construção do Estado Comunal, enquadrados dentro das estratégias elaboradas por todos os níveis centrais do governo e das principais instâncias de direção nacional. Isso ficou ratificado pela rede em uma publicação de circulação nacional durante o processo eleitoral presidencial em 2013:

“ao camarada Nicolás Maduro, à equipe político-militar do processo revolucionário, à direção coletiva da revolução e a todas as instâncias do poder popular, reiteramos nossa inquebrantável vontade de prosseguir acompanhando esta etapa de continuidade e aprofundamento do socialismo, nesta etapa de luta sem descanso contra o imperialismo, o capitalismo e o patriarcado” (L.A. Feminista, 2014).

O apoio público manifestado pela RAF dirige-se a todos os órgãos de direção nacional do governo, o que gerou, desde sua articulação, muitas críticas por parte de outros setores políticos e civis do país, sobretudo de organizações de mulheres e de ONGs antigas do país. A rede manifestou seu apoio incondicional à liderança de Chávez e Maduro não apenas nas conjunturas eleitorais, mas também no contexto dos conflitos institucionais e de elaboração de políticas públicas, argumentando que é no interior dessa luta que estão enquadradas as lutas emancipatórias de todas as mulheres venezuelanas, inclusive o reconhecimento das contradições que corroem sua própria agenda, refletidas, inclusive, no uso da linguagem⁷. Não surpreende que uma das características mais marcantes da rede seja sua permanente afinidade e estreita ligação com as atividades realizadas pelo Ministério Popular da Mulher e por todos os seus órgãos afiliados. Até mesmo a evolução interna das políticas e a liderança dessas instituições estatais têm sido muito influenciadas e tiveram a participação direta da Rede.

7 Um exemplo que se repete em diversas narrativas, pronunciamentos e declarações da RAF é o uso da linguagem considerada militar, que foi naturalizada na esfera pública durante as últimas décadas. Em todos os processos de consulta popular, criam-se grupos para a mobilização política em analogia a estratégias militares de combate como refletido em uma de suas publicações.

A coordenação⁸ da Aranha e os coletivos posicionam-se como representantes e promotores do feminismo popular, um feminismo claramente vinculado ao poder popular de base. Os coletivos feministas que se constituem dentro da estrutura do governo de Chávez defendem que eles diferem substancialmente de outros movimentos e organizações de mulheres porque sua luta é mais autêntica e consonante com a realidade que vivem nos setores mais pobres. Um aspecto comum a todas as entrevistas é que outras organizações historicamente feministas no país são constituídas a partir de um feminismo concebido por mulheres da classe média, acadêmicas, brancas, com uma posição social privilegiada na sociedade em relação à maioria das mulheres venezuelanas. A premissa é que o feminismo popular⁹ resgata os problemas e a realidade das mulheres da classe mais baixa, que são mais vulneráveis e historicamente excluídas.

Demandas no nível programático e integração de políticas

■ Uma demanda central da RAF desde sua criação é a descriminalização do aborto¹⁰. A rede realizou ações pontuais e participou de iniciativas coletivas importantes a favor do tema. Em 2010 e 2011, respectivamente, uma comissão da rede apresentou suas propostas sobre a reforma do código penal perante a Comissão da Família, da Mulher e da Juventude¹¹ da Assembleia Nacional (Orinoco, 2012; Sanchez, 2016; Silva, 2010). Antes disso, em 2009, aproximadamente 18 organizações e indivíduos haviam enviado à Ministra da Mulher um comunicado solicitando promover um debate nas diversas entidades do poder público. Além disso, como parte de outras iniciativas, a RAF articulou, através de diferentes mecanismos, a aprovação de um novo código penal não sexista. Na última reunião realizada em 2015, em Caracas, os grupos e indivíduos que compõem a rede expressaram sua preocupação com o adiamento permanente da descriminalização

8 A coordenação e a porta-voz da rede são escolhidas por consenso e são rotativas anualmente. Chama a atenção que todas as suas coordenadoras são mulheres. Mesmo tendo perfis diferentes, quase todas as coordenadoras mantêm vínculos com instituições e funcionários/as do Estado são reconhecidas pelo governo durante sua trajetória para diferentes iniciativas e projetos.

9 Para mais detalhes sobre o feminismo popular veja, entre outras, Cultura, 2013; Laprea, 2014.

10 Para mais informações sobre o debate e a situação do aborto na Venezuela ver: (R. A. Feminista, 2010; León, 2012)

11 Atualmente, essa comissão é chamada “Comissão da família” embora suas competências sejam as mesmas que as da anterior. É pertinente notar que os integrantes desta comissão são pessoas de ambas as forças políticas e que a presidência é rotativa entre ambas, oposição e governo. A partir de 2016, está constituída pelos partidos políticos de oposição.

da interrupção voluntária da gestação, como um direito humano das mulheres de alcançar a autonomia sobre seus corpos (Minci, 2015).

Por outro lado, a Rede transformou em uma das suas principais bandeiras a iniciativa através da qual é relatado o uso do “misoprostol”, um contraceptivo. Esta iniciativa é coordenada por um dos grupos criados dentro da rede e que integrou a coordenação em 2014, “Saías em Revolución” (Faldas en Revolución) (Figueroa, 2011). Consiste em uma linha telefônica gratuita e constitui uma das ações mais importantes realizadas em relação ao problema do aborto na Venezuela. Das aproximadamente 450 chamadas atendidas, 65% das mulheres concretizam um aborto. Da mesma forma, a Rede tem sido muito ativa na promoção dos programas educativos sobre o uso de métodos não terapêuticos de interrupção da gestação. Entre as atividades periódicas coordenadas pela RAF estão as campanhas de rua de conscientização sobre a autonomia do corpo e a reforma do código penal. Além disso, há muitos artigos, programas de mídia e material impresso que foi preparado e distribuído entre a população.

A Rede levanta a questão do aborto como um sério problema de saúde pública, que afeta, sobretudo, as mulheres das classes sociais mais pobres (Navarro, 2011, Rojas, 2015, Sanchez, 2016). Diversos estudos demonstram que a falta de acesso ao aborto e a alta taxa de gravidez precoce na Venezuela têm um impacto negativo sobre as mulheres mais pobres, aprofundando sua situação de pobreza e desigualdade social em relação ao resto da população. Em 2014, em resposta a essa situação, o CDH da ONU recomendou que o Estado venezuelano facilitasse o acesso à interrupção voluntária da gestação para mulheres em todo o país. Na ocasião, como argumento, foram apresentados os custos do Estado venezuelano em relação às taxas de mortalidade, gravidez na adolescência e ausência de uma política preventiva de educação sexual e reprodutiva.

Em um evento político realizado com o presidente Maduro, em março de 2015, as mulheres dos diferentes grupos expressaram aberta e publicamente em transmissão ao vivo de rádio e televisão que grande parte das mulheres presentes pertencentes aos diferentes grupos exigiam urgentemente a descriminalização do aborto, porque é uma realidade que prejudica especialmente as mulheres dos setores mais pobres. Tanto o Presidente quanto a defensoria expressaram sua disposição em abrir o debate público sobre a descriminalização do aborto (Correo del Orinoco, 17-3-15).

No entanto, apesar de todas as ações empreendidas e petições ao mais alto nível dos órgãos hierárquicos do Estado, a questão do aborto não foi introduzida, nem na agenda parlamentar, nem como uma questão programática dentro de

uma política social coerente e criada pelos órgãos do Estado. Nem mesmo a questão dos direitos sexuais e reprodutivos se tornou uma política de Estado coerente e significativa. Inclusive, chama a atenção sobremaneira que nenhuma entidade ligada ao Ministério da Mulher tenha considerado a demanda permanente das coordenadoras e porta-vozes da RAF.

RITA BITAR DEEB é cientista política e atualmente doutoranda do Instituto Otto-Suhr de Ciência Política (OSI) na Freie Universität Berlin / Alemanha. Ela possui um Mestrado em Políticas Públicas e Gestão (MPPM), Universidade de Pittsburgh, EUA, Graduate School Internacional e Assuntos Públicos (GSPIA). Em 2008/2009, ela realizou estudos em uma estadia acadêmica e de pesquisa concedida pelo Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD) associado ao Programa Internacional de Doutorado em Políticas Sociais Globais e Governança (GSPG) da Universidade de Kassel. Seus principais campos de interesse incluem a teoria da democracia, relações internacionais, governança global com foco especial em Direitos Humanos, Relações de Gênero e Políticas da Mulher. ritabitar@zedat.fu-berlin.de

REFERÊNCIAS

ALVAREZ DI AZ, A. E. *El sistema político venezolano : crisis y transformaciones*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, Facultad de Ciencias Jurídicas y Políticas, Instituto de Estudios Políticos, 1996.

ANGELERI, S. La Araña Feminista estableciendo los parámetros para el estudio de una experiencia de articulación feminista y socialista. *Revista Venezolana de Estudios de la Mujer*, 17(39), p. 225-234, 2012.

ARAÑA FEMINISTA. Sitio de internet de La Araña Feminista. . . y socialista, 2011. Retrieved from <http://encuentrofeminista.weebly.com/>

BONI, S. La influencia de las instituciones gubernamentales sobre la autonomía de los Consejos Comunales: un estudio en el Estado Sucre, Venezuela. *Cayapa Revista Venezolana de Economía Socia*;, 12(23), 2012.

CENDES. *Estudio sobre organizaciones de base y su relación con los Consejos Comunales*. Retrieved from Caracas, 2015.

CICCARIELLO-MAHER, G., & ST. ANDREWS, J. *We created Chávez : a people's history of the Venezuelan Revolution*. Durham: Duke University Press, 2013.

CIVIT, J. s., & ESPAN A, L. P. *Análisis socio-político a partir del estallido del 27 de febrero*. Caracas: Instituto de Investigaciones Económicas y Sociales, Universidad Católica Andrés Bello, 1989.

CONSTITUCIÓN DE LA REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. *Constitución de la República Bolivariana de Venezuela (1999, 30 de Diciembre)*. *Gaceta Oficial de la República*, No. 36.860. [Extraordinaria], Marzo 24, 2000.

CORONIL, F. *El estado mágico : naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela* (1a edición Editorial Alfa. ed.). Caracas, Venezuela: Editorial Alfa, 2013.

CORREORINOCO. Gobierno entregó más de Bs. 6 millones a 16 consejos comunales de Maturín, 2015.

ELLNER, S. Las tensiones entre la base y la dirigencia en las filas del chavismo. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, 14, p. 49-64, 2013.

ELLNER, S. *El fenómeno Chávez : sus orígenes y su impacto* (1. ed.). Caracas: Fondo Editorial Tropykos : Centro Nacional de Historia, 2014.

ELLNER, S., & Tinker Salas, M. The Venezuelan Exceptionalism Thesis: Separating Myth from Reality. *Latin American Perspectives*, 32(2), 2005.

ESPAN A, L. P. *Democracia y renta petrolera*. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello : Instituto de Investigaciones Económicas y Sociales, 1989.

FEMINISTA, L. A. Encartado Es Feminista, 2014. Retrieved from <http://encuentrofeminista.weebly.com/>

FEMINISTA, R. A. *Propuestas para la Reforma del Código Penal para la despenalización del aborto en Venezuela*, 2010.

FIGUEROA, J. “Aló, Aborto Información Segura, muy buenos días” | Salud | Venezuela | El Tiempo – El Periódico del Pueblo Oriental, 2011. Retrieved from <http://eltiempo.com.ve/venezuela/salud/alo-aborto-informacion-segura-muy-buenos-dias/36583>

FRANCO, Q. *Entrevista a Quiteria Franco Coordinadora General de Unión Afirmativa de Venezuela y de la Red LGBTI de Venezuela.*/Interviewer: R. B. Deeb, 2015.

FRIEDMAN, E. J. *Unfinished transitions : women and the gendered development of democracy in Venezuela, 1936-1996.* University Park, PA: Pennsylvania State University Press, 2000.

GARCÍA PRINCE, E. Análisis de la participación política de las mujeres en Venezuela, 2008.

GARCÍA PRINCE, E. Participación Política de las Mujeres en Venezuela: Situación actual y Estrategias para su ampliación. *ILDIS*, 2012.

GARCÍA-GUADILLA, M. P. La praxis de los consejos comunales en Venezuela ¿Poder popular o instancia clientelar? *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, 14(1), p. 125-151, 2008.

HTUN, M., & WELDON, S. L. When Do Governments Promote Women's Rights? A Framework for the Comparative Analysis of Sex Equality Policy. *Perspectives on Politics*, 8(01), 207, 2010. doi:10.1017/S1537592709992787

JIME NEZ, M. *Mujeres protagonistas y el proceso constituyente en Venezuela* (1. ed.). Caracas: Embajada Británica : Fondo de las Naciones Unidas para las Mujeres : Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo : Editorial Nueva Sociedad, 2000.

KORNBLITH, M. La crisis del sistema político venezolano. *Nueva Sociedad*, Noviembre-Diciembre (134), p. 142- 157, 1994.

KORNBLITH, M. *Venezuela en los noventa : las crisis de la democracia.* Caracas: Iesa, 1998.

LEÓN, M. Temas centrales en el debate sobre el aborto en Venezuela y argumentos teóricos para su despenalización. *Revista Venezolana de Estudios de la Mujer*, 17(39), p. 165-174, 2012.

LIVINGSTONE, G. Consejos comunales en Venezuela: ¿Estado paralelo o democracia participativa? – BBC Mundo, 2016. Retrieved from http://www.bbc.com/mundo/noticias/2016/04/160405_venezuela_consejos_comunales_psuv_partido_comunista_socialismo_mr

MACHADO, J. Participación Social y Consejos Comunales en Venezuela. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales.*, 5(1), p. 173-185, 2009.

MIGDAL, J. S. *State in society : studying how states and societies transform and constitute one another.* Cambridge ; New York: Cambridge University Press, 2001.

MINCI. *Declaración del Tercer Encuentro de Organizaciones de Mujeres y Feministas.* Caracas: MINCI, 2015. Retrieved from <http://www.minci.gob.ve/wp-content/uploads/2015/10/NOTICIAS-DE-MUJERES-SEPTIEMBRE-2015.pdf>.

NAVARRO, I. C. O. y E. J. Entrevista a Gioconda Mota: Para practicarse un aborto no hay que ser médico, hay que saber usar Internet, 2011.

NOTICIAS 24. Proyecto de Ley de Matrimonio Igualitario llegó a la AN con el apoyo de 21.000 firmas (+infografía), 2015. Retrieved from <http://www.noticias24.com/fotos/noticia/16986/proyecto-de-ley-de-matrimonio-igualitario-llego-al-debate-en-la-an-con-el-apoyo-de-21-000-venezolanos/>

ORINOCO, E. C. d. Colectivo Faldas en Revolución: El aborto debe analizarse desde una perspectiva de salud pública y de clase, 2012.

PIERMATTEI, G. *Entrevista hecha a Giovanni Piermattei Presidente de la ONG Venezuela Igualitaria*/Interviewer: R. B. Deeb, 2014.

REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. Ley Orgánica de los Consejos Comunales, 2009.

ROJAS, D. Día Internacional por la Despenalización del Aborto | Un tema tabú en Venezuela, 2015. Retrieved from <http://www.contrapunto.com/noticia/del-aborto-no-se-habla-en-venezuela-el-pais-con-el-mayor-indice-de-embarazo-adolescente-39604/>

SALAMANCA, L. *Crisis de la modernización y crisis de la democracia en Venezuela*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, Facultad de Ciencias Jurídicas y Políticas y el Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales, 1997.

SANCHEZ, M. De la letal combinación entre pobreza y embarazos no deseados | AVN [Press release], 2016. Retrieved from <http://www.avn.info.ve/contenido/letal-combinaci%C3%B3n-entre-pobreza-y-embarazos-no-deseados>

SILVA, J. En apoyo a las mujeres que luchan ante la AN por un nuevo Código Penal con perspectiva de género, 2010, 2010-11-03. Retrieved from <http://www.aporrea.org/ddhh/a111565.html>

VALDIVIESO, C. T. G., & MAGDALENA. Las mujeres venezolanas y el proceso bolivariano. Avances y contradicciones. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, 15, p. 133-153, 2009.

WILPERT, G. *Changing Venezuela by taking power : the history and policies of the Chavez government*. London ; New York: Verso, 2007.